EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERE LTDA:05672010000197
Assinado de forma digital por EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERE LTDA:05672010000197
Dados: 2026.10.20 09:23:04 -03'00'

GAZETA REGIONAL

Então vereis a diferença entre o que serve a Deus e o que não serve. Ml. 3:18

TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2026 | DIRETOR: Jucelino Costa dos Santos | EDIÇÃO: 4545 | R$ 3,50

De olho no Natal, comércio de Goioerê se prepara para as vendas de fim de ano

Considerada a melhor e mais importante data para o comércio, o Natal é uma das épocas que mais movimentam o setor, com consumidores buscando diversos presentes para família e amigos. Em Goioerê, lojistas já se preparam para que as vendas sejam um verdadeiro sucesso no final de ano.

PÁGINA 03

Educação de Janiópolis recebe destaque do TCE-PR com nota 9,8 no Progov

A Educação de Janiópolis ganhou destaque estadual durante o seminário Progov: Gestão que Transforma Políticas Públicas, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em Curitiba. O município foi reconhecido na área da Educação com nota 9,8, resultado que colocou Janiópolis entre os destaques paranaenses avaliados pelo programa.

PÁGINA 05



Prefeitura de Goioerê reforça vacinação contra pneumonia para pessoas com mais de 85 anos

PÁGINA 04

Rancho Alegre D'Oeste terá sessão gratuita de cinema ao ar livre na Praça da Matriz

A população de Rancho Alegre D'Oeste terá uma opção especial de lazer e cultura na próxima quinta-feira, 22 de outubro. O município receberá uma sessão gratuita de cinema ao ar livre, com início às 19h, na Praça da Matriz. A iniciativa faz parte do projeto Sesc Mostra Itinerante e promete proporcionar uma noite de entretenimento para moradores de todas as idades. Durante a programação, será exibido o filme Jecão, um Intruso no Céu. A atividade foi organizada para oferecer ao público a oportunidade de acompanhar uma produção cinematográfica em um espaço público, reunindo famílias, amigos e pessoas da comunidade em um ambiente de convivência e descontração.

PÁGINA 04



Show "Tá na Hora de Brincar" reúne famílias em noite de magia e diversão em Moreira Sales

A Praça Municipal de Moreira Sales foi palco de uma noite especial de alegria, magia e diversão na última sexta-feira (19), com a apresentação do espetáculo infantil "Tá na Hora de Brincar", realizado pelo grupo Encantart. O evento reuniu crianças e famílias de todo o município, que puderam acompanhar um show repleto de música, dança e personagens que encantaram o público, proporcionando momentos de muita diversão.

PÁGINA 05

Câmara de Goioerê realizou sessão plenária na noite de ontem

A Câmara Municipal de Goioerê realizou, na segunda-feira, 19, mais uma sessão ordinária de 2026. Durante a reunião, foram incluídas na pauta matérias relacionadas a demandas da população e projetos de interesse do município. Entre os destaques esteve a Indicação nº 145/2026, de autoria do vereador "Léo da Autoescola", que solicitou estudos de viabilidade técnica e financeira para a realização de um mutirão de exames médicos em Goioerê.

PÁGINA 02

Rock na Praça foi sucesso em Goioerê neste fim de semana

Goioerê teve um fim de semana marcado por música e integração com a realização do Rock na Praça, evento que reuniu amantes do rock e movimentou a cidade. A iniciativa proporcionou um espaço de encontro para a comunidade e valorizou as manifestações culturais. A realização do evento também evidencia o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, sob a responsabilidade de Wall Santos, na promoção de atividades que ampliam o acesso da população à cultura e ao entretenimento.

PÁGINA 03



Feira de Ciência e Tecnologia do Goioerê Inova movimentou Goioerê nesta segunda-feira

PÁGINA 03

Câmara de Goioerê realizou sessão plenária na noite de ontem

A Câmara Municipal de Goioerê realizou, na segunda-feira, 19, mais uma sessão ordinária de 2026. Durante a reunião, foram incluídas na pauta matérias relacionadas a demandas da população e projetos de interesse do município.

Entre os destaques esteve a Indicação nº 145/2026, de autoria do vereador "Léo da Autoescola", que solicitou estudos de viabilidade técnica e financeira para a realização de um mutirão de exames médicos em Goioerê. A proposta contempla exames laboratoriais, de imagem e consultas especializadas, com o objetivo de reduzir as filas de espera.



A sessã plenária foi realizada na noite de ontem em Goioerê

A vereadora Ivonete Avelina da Rocha apresentou a indicação solicitando providências para garantir a fixação segura das traves de futebol e futsal em campos, quadras esportivas, escolas municipais e demais espaços públicos, a fim de evitar tombamentos.

Já a vereadora Aline Suellem Batista apresentou a indicação sugerindo a realização de uma Feira do Livro, preferencialmente em novembro, para incentivar a leitura, valorizar escritores e ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento.

Projetos também estiveram na pauta

A ordem do dia incluiu o Projeto de Resolução nº 001/2026, de autoria da Mesa Diretora, que propõe alterações em dispositivos da Resolução nº 001/2018, referente ao regimento da Câmara Municipal.

Também constou o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/17/2026, da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, referente às contas do Poder Executivo Municipal de Goioerê do exercício financeiro de 2024, de responsabilidade de Roberto dos Reis de Lima, acompanhando o parecer prévio nº 181/2026 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Além disso, foi incluída no expediente a Mensagem nº 056/2026, encaminhada pelo Executivo municipal, acompanhada do Projeto de Lei nº 068/17/2026, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
MOREIRA SALES
ESTADO DO PARANÁ
Rua José Marques Jorge, 1050 – Moreira Sales – PR. – CEP: 87370-000
CNPJ N.º 09.582.499/0001-67 – Fone (044)3532 2587
www.moreirasales.pr.gov.br
E-mail: saude@moreirasales.pr.gov.br

RESOLUÇÃO CMS Nº 121/2026

Súmula: Aprova o Plano Anual de Saúde (PAS) do Município de Moreira Sales-PR, referente ao exercício de 2026.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Moreira Sales, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 8.080/1990, na Lei Federal nº 8.142/1990, na Resolução CNS nº 453/2012 e na Lei Municipal nº 874, de 5 de julho de 2021,

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Municipal de Saúde no acompanhamento e controle da execução da política municipal de saúde;
CONSIDERANDO a apreciação do Plano Anual de Saúde (PAS) referente ao exercício de 2026, realizada na reunião do Conselho Municipal de Saúde em 17 de março de 2026;
CONSIDERANDO que, conforme registrado na ata da referida reunião, o Plano Anual de Saúde 2026 foi aprovado por maioria dos conselheiros presentes;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Saúde (PAS) do Município de Moreira Sales-PR, referente ao exercício de 2026, conforme deliberação registrada na ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada em 17 de março de 2026.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Moreira Sales-PR, 16 de outubro de 2026.

Daniela Evangelista Barbato
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente Resolução do Conselho Municipal de Saúde, nos termos da legislação vigente.

Moreira Sales-PR, 16 de outubro de 2026.

Maiara Canezin
Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA FÍSICA Nº 056/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS/PR, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, torna público que realizará dispensa física com critério de julgamento menor preço/por item, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal. A íntegra e maiores informações deste aviso poderão ser obtidas no site https://janiopolis.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais ou pelo telefone (44) 3110-2212.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEÍCULO FORD ECOSPORT XL 1.6, ANO 2009, DA FROTA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS/PR.

Data e horário limite de apresentação das propostas e documentações: Até **Dia 23/10/2026 às 17:00 horas (horário de Brasília)**

Endereço para envio de propostas e documentos de habilitaçao:

Eletrônico: licitajaniopolis@gmail.com
Físico: Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, Rua Rui Barbosa, 286, Centro, Janiópolis/Pr.

Janiópolis/Pr, 16 de outubro de 2026.

EIDES GUEDES
Prefeito Municipal

GAZETA REGIONAL
O PALADINO DA VERDADE
EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERÊ LTDA
CNPJ:05.672.010/0001-97
Diretor Responsável: Jucelino Costa dos Santos
REDAÇÃO, OFICINA E ESCRITÓRIO
Rua Uruguai, 15 - Jardim Morumbi
CEP: 87.360-000 - Goioerê - Paraná
SEDE PRÓPRIA
Fone - 3522-2537
E-Mail gazetagoioere@gmail.com
Projeto visual e diagramação: Gazeta Regional
ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná
Os artigos assinados não exprimem necessariamente a opinião do Jornal

Vereadora Aline Suellem destinará emenda para reforma de espaço que abrigará Capela Mortuária em Jaracatiá

A vereadora Aline Suellem Batista anunciou que destinará sua próxima emenda impositiva à reforma do espaço que abrigará a Capela Mortuária do distrito de Jaracatiá, em Goioerê.

A iniciativa tem como objetivo melhorar a estrutura do local, proporcionando um ambiente adequado e acolhedor para que as famílias possam se despedir de seus entes queridos em momentos de luto.

Segundo a parlamentar, a destinação do recurso busca atender a uma demanda da comunidade e contribuir para oferecer mais dignidade aos moradores do distrito. A proposta também reforça a importância de investimentos em espaços públicos voltados ao atendimento das necessidades da população.

Ao comentar a iniciativa, Aline Suellem destacou que a reforma representa uma questão de respeito e consideração com as famílias que enfrentam a perda de alguém próximo.

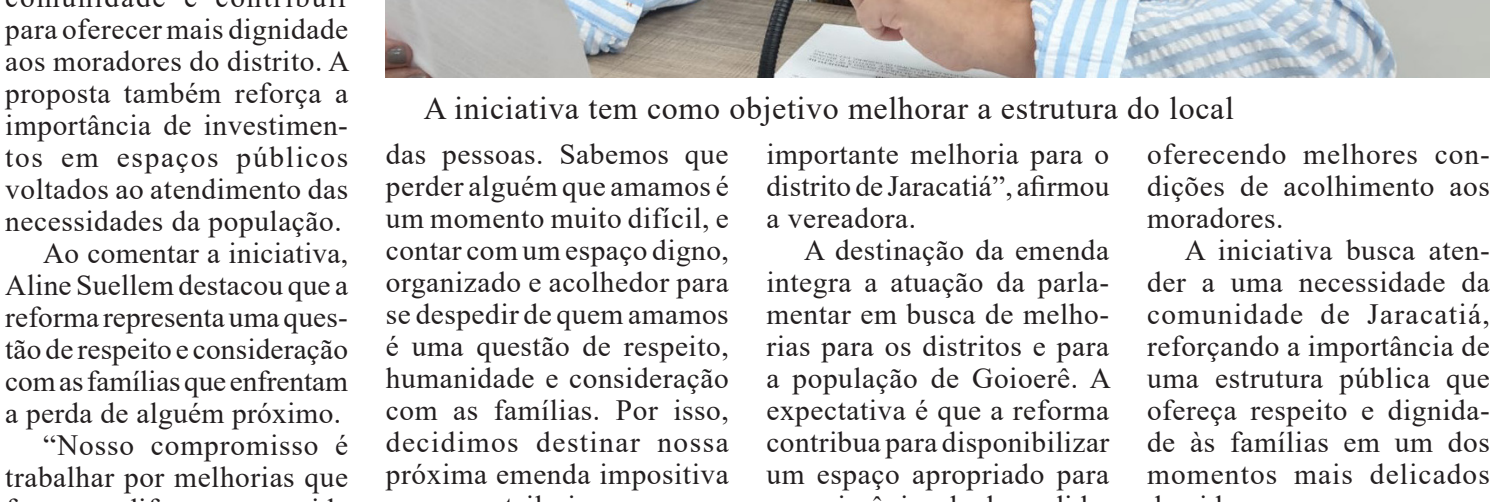


A iniciativa tem como objetivo melhorar a estrutura do local

"Nosso compromisso é trabalhar por melhorias que façam a diferença na vida das pessoas. Sabemos que perder alguém que amamos é um momento muito difícil, e contar com um espaço digno, organizado e acolhedor para se despedir de quem amamos é uma questão de respeito, humanidade e consideração com as famílias. Por isso, decidimos destinar nossa próxima emenda impositiva para contribuir com essa importante melhoria para o distrito de Jaracatiá", afirmou a vereadora.

A destinação da emenda integra a atuação da parlamentar em busca de melhorias para os distritos e para a população de Goioerê. A expectativa é que a reforma contribua para disponibilizar um espaço apropriado para as cerimônias de despedida, oferecendo melhores condições de acolhimento aos moradores.

A iniciativa busca atender a uma necessidade da comunidade de Jaracatiá, reforçando a importância de uma estrutura pública que ofereça respeito e dignidade às famílias em um dos momentos mais delicados da vida.



De olho no Natal, comércio de Goioerê se prepara para as vendas de fim de ano

Considerada a melhor e mais importante data para o comércio, o Natal é uma das épocas que mais movimentam o setor, com consumidores buscando diversos presentes para família e amigos. Em Goioerê, lojistas já se preparam para que as vendas sejam um verdadeiro sucesso no final de ano.

De acordo com a ACIG – Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Goioerê, a expectativa para este ano é das melhores, com o volume de vendas devendo superar o da edição de 2025. Para tanto, a entidade vai sortear um veículo zero- quilômetro.

“A gente está falando de uma promoção tradicional e que todos os anos é realizada com sucesso. Por conta disso, cremos que desta vez não será diferente. Há um clima bom e as nossas expectativas aumentam com isso”, comenta o presidente Adenilson Rocha.



O comércio de Goioerê já está se preparando para as vendas de final de ano

Para atrair os consumidores, algumas lojas já começam a investir na decoração de Natal. Em algumas delas, já podem ser vistos adereços pelos corredores, na entrada, vitrine e até funcionários caracterizados. “Estamos muito confiantes”, diz um lojista.

O presidente da ACIG cita que os lojistas estão no caminho certo. “Uma vitrine bonita desperta a atenção do consumidor e pode ser o primeiro estímulo para que ele pare, observe e entre no estabelecimento”, disse, acrescentando que tudo começa com um olhar.

Rock na Praça foi sucesso em Goioerê neste fim de semana

Goioerê teve um fim de semana marcado por música e integração com a realização do Rock na Praça, evento que reuniu amantes do rock e movimentou a cidade. A iniciativa proporcionou um espaço de encontro para a comunidade e valorizou as manifestações culturais.

A realização do evento também evidencia o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, sob a responsabilidade de Wall Santos, na promoção de atividades que ampliam o acesso da população à cultura e ao entretenimento.

Ações como o Rock na Praça contribuem para incentivar a participação da comunidade, valorizar a música e fortalecer a programação cultural do município, além de estimular a ocupação dos espaços públicos com atividades voltadas à população.



O rock na praça aconteceu neste fim de seman em Goioerê, e contou com a presença de im grande publico

O evento reforçou a importância de iniciativas culturais em Goioerê, oferecendo aos moradores uma oportunidade de lazer e de contato com a música.

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ · FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ 60 · SINDICATO RURAL

Sistema FAEP amplia capacitações gratuitas

O Sistema FAEP lançou 73 cursos e atualizou outros 43 desde julho de 2024, ampliando a oferta de qualificação para produtores e trabalhadores rurais do Paraná. Atualmente, o catálogo reúne 259 capacitações presenciais gratuitas. Somente em 2026, até outubro, foram sete lançamentos e sete atualizações, desenvolvidos a partir das demandas do campo.

“Para que sejam eficazes na solução dos desafios do campo e no atendimento às necessidades do produtor e dos sindicatos rurais, os nossos cursos precisam estar sempre atualizados, acompanhando tendências de mercado e exigências legais que impactam as atividades agropecuárias”, destaca o presidente do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette.

Entre os novos títulos, Emissão de Nota Fiscal Eletrônica soma 1.780 turmas em dois anos. Artesanato com Produtos Apícolas teve 516 turmas desde 2024, enquanto Produção de Biojoias registrou 337 desde 2025. Entre as formações atualizadas, Operação de Drones lidera a procura, com 1.247 turmas desde 2024.

A qualificação também abre oportunidades de renda. Em Itaipulândia, os apicultores Valdecir e Cenira Fleck passaram a produzir sabonetes após participar do curso de artesanato com produtos apícolas, aproveitando resíduos antes descartados na produção de extrato de própolis. As capacitações abrangem áreas como mecanização, gestão, produção artesanal, apicultura e segurança do trabalho. O catálogo completo está disponível em **sistemafaep.org.br/cursos-busca**.

sistemafaep.org.br

Feira de Ciência e Tecnologia do Goioerê Inova movimentou Goioerê nesta segunda-feira

A Feira de Ciência e Tecnologia do Goioerê Inova foi realizada nesta segunda-feira (19), no Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em Goioerê. O evento celebrou o Dia Nacional da Inovação e reuniu projetos desenvolvidos por estudantes e instituições de ensino do município e da região.



A feira aconteceu no Polo UAB, com programação dividida em dois períodos e entrada gratuita para a população

Promovida pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, a feira teve como objetivo incentivar a pesquisa, a criatividade e o desenvolvimento de novas ideias, aproximando a comunidade das áreas de ciência, tecnologia e inovação.

A abertura contou com a presença do prefeito Pedro Coelho, que destacou a importância de investir em conhecimento e inovação para impulsionar o desenvolvimento do município, ampliar oportunidades e preparar os jovens para os desafios do futuro. Durante a cerimônia, ele também visitou os estandes e conheceu alguns dos trabalhos apresentados.

A programação reuniu representantes de colégios estaduais e municipais, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR), que apresentaram projetos e iniciativas voltados à produção científica e tecnológica.

Réplica de dinossauro foi destaque

Entre os destaques da exposição esteve uma réplica do primeiro dinossauro paranaense, trazida por representantes de Cruzeiro do Oeste. A atração despertou a curiosidade dos visitantes, especialmente das crianças.

Segundo Thiago, responsável pelo projeto, a proposta foi compartilhar com a comunidade os trabalhos desenvolvidos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, valorizando o conhecimento e a criatividade dos participantes.

A feira ocorreu em dois períodos, das 8h às 12h e das 14h às 17h, com entrada gratuita e aberta à população.

A iniciativa integrou as atividades relacionadas à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e reforçou a importância do incentivo à educação, à pesquisa e à inovação para o desenvolvimento de Goioerê e região.

Rancho Alegre D'Oeste terá sessão gratuita de cinema ao ar livre na Praça da Matriz

A população de Rancho Alegre D'Oeste terá uma opção especial de lazer e cultura na próxima quinta-feira, 22 de outubro. O município receberá uma sessão gratuita de cinema ao ar livre, com início às 19h, na Praça da Matriz. A iniciativa faz parte do projeto Sesc Mostra Itinerante e promete proporcionar uma noite de entretenimento para moradores de todas as idades.

Durante a programação, será exibido o filme Jecão, um Intruso no Céu. A atividade foi organizada para oferecer ao público a oportunidade de acompanhar uma produção cinematográfica em um espaço público, reunindo famílias, amigos e pessoas da comunidade em um ambiente de convivência e descontração.

Além da exibição do filme, os participantes poderão aproveitar pipoca durante a sessão, tornando a experiência ainda mais agradável. A proposta é transformar a praça em um espaço de encontro, incentivando a participação da comunidade em atividades culturais gratuitas e acessíveis.



A sessão de cinema ao ar livre acontecerá na próxima quinta-feira, dia 22, em Rancho Alegre D'Oeste

O projeto Sesc Mostra Itinerante tem como objetivo ampliar o acesso à cultura, levando sessões de cinema a diferentes localidades e aproximando o público da experiência cinematográfica. A realização de atividades desse tipo também contribui para valorizar os espaços públicos como locais de lazer, integração social e convivência entre os moradores.

Em Rancho Alegre D'Oeste, a iniciativa é realizada em parceria entre o Sesc e a Prefeitura Municipal, reforçando a importância da união entre instituições para promover ações culturais e oferecer novas opções de entretenimento à população.

A participação é gratuita e aberta a toda a comunidade. Os moradores estão convidados a comparecer à Praça da Matriz na quinta-feira, a partir das 19h, para aproveitar a sessão de cinema e compartilhar um momento de lazer com familiares e amigos.

MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2026-PMQC
LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS ME/EPP
Objeto: **AQUISIÇÃO DE "KITS ESCOLARES" A SEREM DISTRIBUÍDOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2027.**

INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08:00 horas do dia 19/10/2026.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 06/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 06/11/2026.

Local: Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).
Informações e Edital: Portal da Transparência (https://quartocentenario.eloweb.net/portaltransparencia/1/) ou Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br). Telefone (44) 3546-1109 ou 3546-1187, e-mail: licitacao.quartocentenario@gmail.com
Quarto Centenário/PR, 16 de outubro de 2026
WILSON AKIO ABE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE ADITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2025
Objeto: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO N 37/2025, VISANDO A RECOMPOSIÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO DE ALGUNS ITENS, EM VIRTUDE DA OCORRÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES QUE TORNARAM A EXECUÇÃO EXCESSIVAMENTE ONEROSA PARA A CONTRATADA, DEVIDAMENTE COMPROVADAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO.
CONTRATANTE: Município de Moreira Sales, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede na Rua Otto Macedo, 629, inscrita no CNPJ sob nº 76.217.025/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Luiz Antônio Volpato, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 396.753.439-15 e RG nº 3.015.134-8.
Contratado: LOMBA & PICONE LTDA.
CNPJ: 06.373.748/0001-16
Valor: R$ 12.804,00 (doze mil e oitocentos e quatro reais).
Data de Assinatura: 09 de outubro de 2026.
Foro: Comarca de Goioerê – PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES, SALGADOS, BOLOS, FRIOS, ASSADOS, LATICÍNIOS E SEMELHANTES), PARA EVENTOS, REUNIÕES E OFICINAS OFERECIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FORNECIMENTO DE COFFE BREAK, EM ATENDIMENTO A TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES/PR.
CONTRATANTE: Município de Moreira Sales, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede na Rua Otto Macedo, 629, inscrita no CNPJ sob nº 76.217.025/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Luiz Antônio Volpato, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 396.753.439-15 e RG nº 3.015.134-8.
Contrato nº 77/2026
Contratado: 28.169.114 LUIS ANTONIO DE SOUZA.
CNPJ: 28.169.114/0001-89.
Valor: R$ 72.900,70 (setenta e dois mil novecentos reais e setenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses contados da data da assinatura.
Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.
Foro: Comarca de Goioerê – PR.



A vacina Pneumo 20 está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município

Prefeitura de Goioerê reforça vacinação contra pneumonia para pessoas com mais de 85 anos

A Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê reforçou a importância da vacinação contra a pneumonia para pessoas com mais de 85 anos. A vacina Pneumo 20 está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município, com o objetivo de ampliar a proteção da população idosa contra doenças graves causadas pela bactéria pneumococo.

A imunização é uma importante medida preventiva, especialmente para os idosos, que apresentam maior risco de desenvolver complicações decorrentes de infecções respiratórias. A Pneumo 20 protege contra 20 sorotipos do pneumococo, bactéria que pode causar pneumonia, meningite e outras infecções graves.

A secretária municipal de Saúde, Jacqueline Tonelli Lopes, destacou a importância de manter a vacinação em dia e garantir o acesso da população idosa às medidas de prevenção.

"Cuidar da saúde da nossa população idosa é uma prioridade. A vacinação é uma importante aliada na prevenção de doenças graves e na promoção de mais qualidade de vida", ressaltou a secretária.

A Secretaria Municipal de Saúde orienta que os idosos com mais de 85 anos, assim como seus familiares e cuidadores, procurem a UBS de referência para obter informações sobre os critérios de vacinação e a disponibilidade da dose.

A iniciativa reforça o compromisso da administração municipal com a prevenção de doenças, a promoção da saúde e a qualidade de vida da população idosa de Goioerê.

Saúde alerta para sinais e riscos da trombose: doença pode ser causada por vários fatores

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa-PR) está fazendo uma alerta aos paranaenses, em relação à trombose, doença que pode ser causada por diversos fatores. É fundamental reconhecer os sinais e, em caso de suspeita, procurar atendimento médico imediato.

A trombose pode acontecer em vários lugares do corpo, mas é mais comum ocorrer nos membros inferiores, provocando inchaço, dor e endurecimento da perna. Quanto maior for a veia que sofre a trombose, maior será a repercussão clínica e o perigo para a pessoa.

Dados da Sesa-PR mostram que 2.265 pessoas foram internadas neste ano, entre janeiro e julho, nos hospitais do Paraná que ofertam atendimento pelo SUS, em razão da trombose venosa.

As equipes de urgência e emergência (Samu, Siate, hospitais e UPAs) também realizaram 2.217 trombólises em casos de infarto e AVC. O procedimento utiliza trombolíticos injetados na veia, medicamentos para dissolver os coágulos de sangue e que aumentam as chances da vítima ou reduzem o risco de sequelas.

Além disso, 51 delas precisaram fazer a colocação percutânea de filtro de veia cava, um procedimento onde é instalado um pequeno dispositivo metálico semelhante a um guarda-chuva, que funciona como barreira mecânica para reter os coágulos que resultam na trombose.

ALERTA- A trombose é considerada uma enfermidade muito grave – significa que o sangue já se transformou em uma "massa" de células e gerou os coágulos que podem obstruir parcialmente ou na totalidade os vasos sanguíneos.

A trombose é causada por vários fatores, como a obesidade, o tabagismo, além de pessoas portadoras de trombofilia e com histórico familiar de trombose. Pessoas com mais de 65 anos também têm maior propensão, além de quem sofre com doenças oncológicas, gestantes ou que passaram por alguma cirurgia.

Para evitar uma trombose, a Sesa orienta que a população tenha hábitos de vida saudáveis, como alimentação balanceada, hidratação corporal, prática regular de atividade física, consumo moderado de álcool e não fumar.

PREVENÇÃO E TRATAMENTO- Além dos hábitos de vida saudáveis, também é preciso fazer o acompanhamento médico regular por meio de consultas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para a realização de exames e, caso necessário, encaminhamento para um especialista.

A Linha de Cuidado das Doenças Cardiovasculares no SUS do Paraná funciona como um fluxo estruturado e contínuo de atendimento, que é coordenado pela Sesa. Ela organiza desde a prevenção nas UBS até o socorro imediato a emergências graves e o encaminhamento.

A Sesa também tem implementado, desde 2020, o protocolo que prevê capacitação e o uso de medicamentos trombolíticos nos serviços de urgência e emergência da rede estadual de saúde. Desde 2020, já foram atendidos 2 mil pacientes via SUS que receberam o trombolítico para infarto agudo do miocárdio.

Educação de Janiópolis recebe destaque do TCE-PR com nota 9,8 no Progov

A Educação de Janiópolis ganhou destaque estadual durante o seminário Progov: Gestão que Transforma Políticas Públicas, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em Curitiba. O município foi reconhecido na área da Educação com nota 9,8, resultado que colocou Janiópolis entre os destaques paranaenses avaliados pelo programa.

A vice-prefeita e secretária municipal de Educação, Suziane Faquim Guimarães, e a assessora Maryzangela Beralda Ferreira representaram o município no evento e receberam a premiação.

Realizado nos dias 13 e 14 de outubro, no Centro de Eventos da Fiep, o seminário reuniu aproximadamente 1.200 participantes, entre gestores, servidores municipais e representantes do controle social. Ao todo, o Tribunal de Contas reconheceu 30 boas práticas desenvolvidas por 28 municípios paranaenses.



Janiópolis alcança nota 9,8 na educação e se destaca no Paraná em avaliação realizada pelo TCE-PR

Janiópolis é destaque na Educação

O reconhecimento do TCE-PR foi organizado por áreas da administração pública e também por faixas populacionais. Na Educação, Janiópolis foi o município destacado entre as cidades com população de 5 mil a 10 mil habitantes. A relação oficial divulgada pelo Tribunal confirma Janiópolis entre os cinco municípios reconhecidos na área educacional.

Além de Janiópolis, receberam reconhecimento na Educação, em suas respectivas faixas populacionais, Boa Esperança do Iguaçu, Sengés, Dois Vizinhos e Apucarana.

O resultado leva em consideração a avaliação realizada pelo Programa de Avaliação das Contas Municipais de Governo, o Progov, que analisa políticas públicas e a atuação das administrações municipais em áreas consideradas essenciais.

O programa foi implantado pelo TCE-PR em 2021 e passou a incorporar à análise das contas municipais não apenas aspectos financeiros e orçamentários, mas também a execução das políticas públicas. Atualmente são avaliadas oito áreas: Educação, Saúde, Assistência Social, Administração Financeira, Transparência e relacionamento com o cidadão, Meio Ambiente, Previdência Social e Aquisições e Contratações.

Reconhecimento de um trabalho coletivo

A conquista se soma a outros resultados recentes alcançados pela rede municipal de ensino e representa mais um reconhecimento ao trabalho desenvolvido por professores, gestores, equipes pedagógicas, servidores, estudantes e famílias.

Segundo o Tribunal de Contas, as boas práticas homenageadas no evento correspondem à avaliação do Progov referente ao exercício de 2025, realizada em 2026. Durante o seminário, prefeitos, secretários e servidores receberam troféus das mãos de conselheiros, auditores e técnicos do TCE-PR.

Show "Tá na Hora de Brincar" reúne famílias em noite de magia e diversão em Moreira Sales

A Praça Municipal de Moreira Sales foi palco de uma noite especial de alegria, magia e diversão na última sexta-feira (19), com a apresentação do espetáculo infantil "Tá na Hora de Brincar", realizado pelo grupo Encantart.

O evento reuniu crianças e famílias de todo o município, que puderam acompanhar um show repleto de música, dança e personagens que encantaram o público, proporcionando momentos de muita diversão.

Além da apresentação, a programação contou com brinquedos, pipoca, algodão-doce, churros e sorvete, tudo oferecido gratuitamente à população, tornando a noite ainda mais especial para as crianças.

O espetáculo foi realizado por meio de recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), que possibilitaram a parceria com o grupo Encantart. A iniciativa reforça a importância dos investimentos culturais para ampliar o acesso da população a atividades de lazer e entretenimento.


O grupo Encantart encantou o público com muita música, dança e diversão no palco

O evento contou com a presença do prefeito Luiz Volpato, acompanhado da primeira-dama Letícia Bernardes e da secretária municipal de Cultura, Mayara Grana.

Para o prefeito Luiz Volpato, proporcionar momentos como esse é uma forma de valorizar as famílias e oferecer oportunidades de lazer para a população.

"É uma alegria ver nossa praça cheia de crianças se divertindo e famílias reunidas. São momentos especiais como esse que ficam guardados na memória das nossas crianças e de suas famílias. Nosso compromisso é continuar incentivando a cultura e proporcionando atividades que levem alegria e diversão à nossa população", destacou o prefeito.


O evento contou com um grande público, reunindo crianças e famílias de todo o município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES, SALGADOS, BOLOS, FRIOS, ASSADOS, LATICÍNIOS E SEMELHANTES), PARA EVENTOS, REUNIÕES E OFICINAS OFERECIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FORNECIMENTO DE COFFE BREAK, EM ATENDIMENTO A TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES/PR.
CONTRATANTE: Município de Moreira Sales, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede na Rua Otto Macedo, 629, inscrita no CNPJ sob nº 76.217.025/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Luiz Antônio Volpato, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 396.753.439-15 e RG nº 3.015.134-8.
Contrato nº 75/2026
Contratado: MARTINI E RAMPAZZO LTDA.
CNPJ: 24.618.883/0001-66.
Valor: R$ 88.500,90 (oitenta e oito mil e quinhentos reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses contados da data da assinatura.
Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.
Foro: Comarca de Goioerê – PR.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Ref.: Notificação 166/2026

O **MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, CNPJ nº 76.402.882/0001-83, com endereço na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, nesta cidade, por meio do Departamento de Fiscalização, considerando o insucesso das tentativas de notificação por via postal, **NOTIFICA** o proprietário abaixo qualificado para que proceda a **limpeza do terreno de sua responsabilidade, mediante capina e/ou roçada**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação deste edital, sob pena de lavratura de Auto de Infração e aplicação de multa.

Proprietário: IZABELA FERNANDA NUNES PEREIRA
Imóvel: Rua Ivaí, Vila São João – Quadra 43, Lote 18.

Janiópolis, 16 de outubro de 2026.

ANDREZA GALVÃO DE OLIVEIRA
FISCAL TRIBUTÁRIO, DE OBRAS E POSTURAS
Matrícula nº 6302-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES, SALGADOS, BOLOS, FRIOS, ASSADOS, LATICÍNIOS E SEMELHANTES), PARA EVENTOS, REUNIÕES E OFICINAS OFERECIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FORNECIMENTO DE COFFE BREAK, EM ATENDIMENTO A TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES/PR.
CONTRATANTE: Município de Moreira Sales, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede na Rua Otto Macedo, 629, inscrita no CNPJ sob nº 76.217.025/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Luiz Antônio Volpato, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 396.753.439-15 e RG nº 3.015.134-8.
Contrato nº 76/2026
Contratado: PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTOS LTDA.
CNPJ: 29.170.571/0001-56.
Valor: R$ 107.232,40 (cento e sete mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses contados da data da assinatura.
Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.
Foro: Comarca de Goioerê – PR.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Referência: Notificação 125/2026

O **MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, CNPJ nº 76.402.882/0001-83, com endereço na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, nesta cidade, por meio do Departamento de Fiscalização, considerando o insucesso das tentativas de notificação por via postal, **NOTIFICA** o proprietário abaixo qualificado para que proceda a **limpeza do terreno de sua responsabilidade, mediante capina e/ou roçada**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação deste edital, sob pena de lavratura de Auto de Infração e aplicação de multa.

Proprietário: RAFAEL LUCAS PADILHA MATHIAS
Imóvel: Rua João Braz José dos Santos, Loteamento Sol Nascente – Quadra 5, Lote 5

Janiópolis, 16 de outubro de 2026.

ANDREZA GALVÃO DE OLIVEIRA
FISCAL TRIBUTÁRIO, DE OBRAS E POSTURAS
Matrícula nº 6302-00

Copacol fortalece presença e amplia oportunidades na Sial Paris 2026

Apresentar a diversidade de produtos, prospectar novos clientes e consolidar parcerias com importadores de proteína animal são os objetivos da Copacol na Sial Paris 2026, realizada de 17 a 21 de outubro, na capital francesa.



A Sial Paris 2026, será realizada de 17 a 21 de outubro, na capital francesa

Referência brasileira na produção de alimentos, a Copacol amplia a presença no mercado internacional e reforça o relacionamento com compradores estratégicos, em uma agenda voltada à geração de negócios e à expansão comercial.

Com atuação em 85 países, a Cooperativa leva ao evento a experiência no sistema produtivo integrado, que conecta o trabalho dos cooperados à industrialização e à comercialização de alimentos. A participação na feira faz parte da estratégia de fortalecimento da marca no exterior, aproximando a Cooperativa de mercados consumidores e acompanhando as transformações nas demandas internacionais. "O mercado europeu é extremamente importante pela grande demanda que temos de frango em todo o continente. Em 63 anos de história, há 43 anos já atuamos internacionalmente possibilitando melhores resultados para os nossos cooperados. Estar na Sial Paris nos permite acompanhar tendências, avaliar oportunidades e fortalecer a confiança na marca, contribuindo para a continuidade dos negócios na região. A Copacol está em 85 países e seguimos conectando a produção dos cooperados às oportunidades do mercado global", ressalta o diretor-presidente da Copacol, Valter Pitol.

A presença em eventos internacionais permite estreitar o relacionamento com clientes, identificar oportunidades comerciais e apresentar diferenciais em qualidade, segurança dos alimentos e capacidade de fornecimento. "Integrar esse ambiente significa fortalecer a conexão entre a produção brasileira e os mercados consumidores, em um setor no qual a competitividade depende de qualidade, regularidade de fornecimento, eficiência operacional e capacidade de atender às exigências de cada destino. Em todas estas décadas, a Copacol se consolidou no mercado europeu e possui uma reputação e excelência que garante excelentes resultados a cada ano que passa. Estamos em mais uma edição da Sial Paris para estreitarmos essa relação e ir em busca de novas oportunidades", afirma o superintendente comercial da Copacol, Valdemir Paulino dos Santos.

A participação brasileira na Sial Paris 2026 é coordenada pela ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), em parceria com a ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). São 25 agroindústrias e cooperativas brasileiras no espaço exclusivo dedicado à proteína animal, distribuído em quatro áreas que somam mais de 670 metros quadrados. A Copacol está entre as empresas participantes, em uma área formada por 210 mil profissionais de 205 países, reforçando a dimensão internacional da feira.

SUA SAÚDE É O MAIS IMPORTANTE. VACINE-SE.

PROCURE UMA UNIDADE DE SAÚDE MAIS PRÓXIMA E MANTENHA SUA CARTEIRA DE VACINAÇÃO EM DIA.



Sua saúde é assunto sério. E, com a vacina, você está mais protegido. Vacine-se contra doenças como o Sarampo, Poliomielite, HPV e Influenza. Além de cuidar da sua saúde e de seus filhos, você ajuda a evitar que doenças já controladas voltem.

SAIBA MAIS EM **PR.GOV.BR/VACINAS**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES

ESTADO DO PARANÁ

Rua Otto Macedo, nº 629, CEP 87370-000 – Moreira Sales-PR
CNPJ nº 76.217.025/0001-03 – Fone (44) 3532-8100 – Fax (44) 3532-8121
www.moreirasales.pr.gov.br
e-mail: prefeitura@moreirasales.pr.gov.br

DECRETO Nº 736/2026
Data: 16 de outubro de 2026.

SÚMULA: ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO E DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES, ESTADO DO PARANÁ, LUIZ ANTONIO VOLPATO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarado **ponto facultativo** nas repartições públicas municipais pertencentes à Administração Pública Direta e Indireta do Município de Moreira Sales no dia **28 de outubro de 2026,** em decorrência das comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo as repartições afetas à Secretaria Municipal de Saúde e CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Art. 2º. Fica assegurado o atendimento aos serviços essenciais, tais como coleta de lixo, limpeza urbana, combate a endemias e outros.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES-PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LUIZ ANTONIO VOLPATO:39675343915
Assinado de forma digital por LUIZ ANTONIO VOLPATO:39675343915
Dados: 2026.10.16 17:04:59 -03'00'

LUIZ ANTÔNIO VOLPATO
Prefeito Municipal

JAC LEILÕES®
JEFFERSON ADRIANO COSTA 20/325-L

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E NOTIFICAÇÃO

JEFFERSON ADRIANO COSTA, brasileiro, Leiloeiro Público Oficial, devidamente matriculado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20/325-L, com endereço e contato telefônico constante no rodapé da presente, devidamente autorizada pela comitente/credora: **UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO,** Instituição Financeira não Bancária, Sociedade de Pessoas de Natureza Civil, e sem fins lucrativos e de Responsabilidade Limitada, inscrita no CNPJMF sob n. 01.286.361/0001-09, com sede na Rua Souza Naves, 279 – Fone: (45) 3252-5030 - CEP 85900-150 - TOLEDO - PR, para pagamento de dívida fiduciária na qualidade de emitente devedor **MARCELO KIYOSHI FURUTA**, brasileiro, divorciado, fisioterapeuta, inscrito no CPF sob n° 022.821.399-17, residente e domiciliado no endereço Avenida 19 de Agosto, nº 1094, no Centro - na cidade Goioerê/Pr, o qual figura também como **avalista/garantidor fiduciante do bem imóvel** objeto deste edital na forma da lei certifica e faz saber a todos quanto o presente virem ou dela conhecimento tiverem, que promoverá a venda, em leilão público, do bens mediante as seguintes condições: em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, que será realizado no dia **10 de novembro de 2026**, às 11:00 horas e, em **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, será realizado no dia **18 de novembro de 2026**, às 11:00 horas, ambos de forma online: www.jacleiloes.com.br. O lance mínimo em primeiro público leilão, para a venda será nos termos do art. 27, §1º e art. 24, inciso VI da Lei 9.514/97, que corresponde ao montante **R$ 810.000,00.** Para o **segundo público leilão** o valor será de **R$ 412.000,00 + custas.**

MATRÍCULA 3.907 DO SERVIÇO REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOIOERE-PR – IMOVEL – LOTE n°22, da Quadra n°61, da Planta Geral desta cidade, sem benfeitorias, o qual mede 14,00 metros de frente para a Avenida 19 de agosto, nrº 1047, do lado direito de quem do lote olha a Rua mede 30,00 metros e confronta com o lote n°21, do lado esquerdo mede 30,00 metros e confronta com o lote n°23, na linha dos fundos mede 14,00 metros e confronta com o lote n°12 da mesma quadra, perfazendo um total de 420,00m².

Desde já resta notificados do presente leilão **MARCELO KIYOSHI FURUTA,** como **AVALISTA/GARANTIDOR-CONTRATO CCB 2025040067.**

Consta na **MATRÍCULA 3.907 DO SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE GOIOERE-PR, ÔNUS - R.8-3.907 -** Protocolo n°197.505 de 17/02/2025 - **ALIENADO FIDUCIÁRIAMENTE**. Nos termos do art. 26 da Lei n°9.514/97, a propriedade do imóvel objeto desta matrícula fica consolidada em favor da credora fiduciária **UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, já qualificada nesta matrícula.

Os imóveis acima tiveram sua redação resumida, autorizada pela Lei Federal nº 7433/85 e na forma do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná. As despesas relativas à Comissão de Leiloeiro (5%), Registro, Funrejus, IPTU, ITBI, Condomínio (se for o caso) e demais Impostos e Taxas correrão por conta do arrematante. - Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação.

Cascavel/PR, 09 de outubro de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
JEFFERSON ADRIANO DA COSTA
Data: 13/10/2026 11:00:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JEFFERSON ADRIANO COSTA -MATRÍCULA-20/325L

Cascavel PR – Rua Terezina, 2566 | Tropical | CEP. 85.807-140 | Fone: (45) 3224-1423 / (45) 99914-9050
contato@jacleiloes.com.br | www.jacleiloes.com.br

JAC LEILÕES®
JEFFERSON ADRIANO COSTA 20/325-L

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E NOTIFICAÇÃO

JEFFERSON ADRIANO COSTA, brasileiro, Leiloeiro Público Oficial, devidamente matriculado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20/325-L, com endereço e contato telefônico constante no rodapé da presente, devidamente autorizada pela comitente/credora: **UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO,** Instituição Financeira não Bancária, Sociedade de Pessoas de Natureza Civil, e sem fins lucrativos e de Responsabilidade Limitada, inscrita no CNPJMF sob n. 01.286.361/0001-09, com sede na Rua Souza Naves, 279 – Fone: (45) 3252-5030 - CEP 85900-150 - TOLEDO - PR, para pagamento de dívida fiduciária na qualidade de emitente devedor a empresa **SANTOS REDECAR LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob n° 09.177.681/0001-32** com sede na Rua Pedro Parigot de Souza, nº 480, no Centro - na cidade Goioerê/Pr - CEP 87.360-000, na qualidade de Representante legal Sócios /Avalista **ANDERSON DONIZETI DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob n° 032.341.419-24, residente e domiciliado no endereço Rua Colombia, nº 200, Jardim Morumbi - na cidade Goioerê/Pr – CEP 87.360-000, e **CLAISE VIEIRA LAURIANO DOS SANTOS** , brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 044.083.369-80, residente e domiciliada no endereço endereço Rua Colombia, nº 200, Jardim Morumbi - na cidade Goioerê/Pr - CEP 87.360-000, o qual figura também como **avalistas/garantidores fiduciantes do bem imóvel** objeto deste edital na forma da lei certifica e faz saber a todos quanto o presente virem ou dela conhecimento tiverem, que promoverá a venda, em leilão público, do bens mediante as seguintes condições: em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, que será realizado no dia **10 de novembro de 2026**, às 11:00 horas e, em **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, será realizado no dia **18 de novembro de 2026**, às 11:00 horas, ambos de forma online: www.jacleiloes.com.br. O lance mínimo em primeiro público leilão, para a venda será nos termos do art. 27, §1º e art. 24, inciso VI da Lei 9.514/97, que corresponde ao montante de **R$ 2.100.000,00.** Para o **segundo público leilão** o valor será de **R$ 1.296.310,45 + custas.**

MATRÍCULA 16.635 DO SERVIÇO REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOIOERE-PR – IMOVEL – LOTE n°06, da Quadra n°07, da Planta Geral do Loteamento **RESIDENCIAL MORUMBI,** nesta cidade de GOIOERE, PR, com área total de **494,00m²,** com os seguintes limites e confrontações: considerando quem da Rua olha o lote: com frente voltada para a Avenida Lazaro Frei, por uma extensão de 13,00metros; do lado direito, confrontando com o lotes n°01 e 02 e parte do lote n°03 , por uma extensão de 38,00metros; do lado esquerdo, confrontando com o lote n°07 , por uma extensão de 38,00 metros; pelos fundos, confrontando com o lote n°19, por uma extensão de 13,00metros todos da mesma quadra. Consta na presente matrícula uma construção residencial, em alvenaria, averbada, com área de 125,93m² e possui + 260 m2 não averbados.

Desde já resta notificados do presente leilão **SANTOS REDECAR LTDA, ANDERSON DONIZETI DOS SANTOS e CLAISE VIEIRA LAURIANO DOS SANTOS, como AVALISTAS/ GARANTIDORES - CONTRATO CCB 2024040222.**

Consta na **MATRÍCULA 16.635 DO SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE GOIOERE-PR, ÔNUS - R.8-16.635 - Protocolo n°194.131 de 15/05/2024 - ALIENADO FIDUCIÁRIAMENTE. Nos termos do art. 26 da Lei n°9.514/97, a propriedade do imóvel objeto desta matrícula fica consolidada em favor da credora fiduciária UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO, já qualificada nesta matrícula.**

Os imóveis acima tiveram sua redação resumida, autorizada pela Lei Federal nº 7433/85 e na forma do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná. As despesas relativas à Comissão de Leiloeiro (5%), Registro, Funrejus, IPTU, ITBI, Condomínio (se for o caso) e demais Impostos e Taxas correrão por conta do arrematante. - Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação.

gov.br Documento assinado digitalmente
JEFFERSON ADRIANO DA COSTA
Data: 13/10/2026 10:57:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cascavel/PR, 09 de outubro de 2026

JEFFERSON ADRIANO COSTA -MATRÍCULA-20/325L

Cascavel PR – Rua Terezina, 2566 | Tropical | CEP. 85.807-140 | Fone: (45) 3224-1423 / (45) 99914-9050
contato@jacleiloes.com.br | www.jacleiloes.com.br

JAC LEILÕES®
JEFFERSON ADRIANO COSTA 20/325-L

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E NOTIFICAÇÃO

JEFFERSON ADRIANO COSTA, brasileiro, Leiloeiro Público Oficial, devidamente matriculado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20/325-L, com endereço e contato telefônico constante no rodapé da presente, devidamente autorizada pela comitente/credora: **UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO,** Instituição Financeira não Bancária, Sociedade de Pessoas de Natureza Civil, e sem fins lucrativos e de Responsabilidade Limitada, inscrita no CNPJMF sob n. 01.286.361/0001-09, com sede na Rua Souza Naves, 279 – Fone: (45) 3252-5030 - CEP 85900-150 - TOLEDO - PR, para pagamento de dívida fiduciária na qualidade de emitente devedor a empresa **TSALEACH VEICULOS NOVOS E SEMINOVOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob n° 33.132.470/0001-68** com sede na Rua Pedro Parigot de Souza, nº 480, no Centro - na cidade Goioerê/Pr, na qualidade de Representante legal Sócios /Avalista **ANDERSON DONIZETI DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob n° 032.341.419-24, residente e domiciliado no endereço Rua Colombia, nº 200, Jardim Morumbi - na cidade Goioerê/Pr, e **CLAISE VIEIRA LAURIANO DOS SANTOS** , brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 044.083.369-80, residente e domiciliada no endereço Rua Colombia, nº 200, Jardim Morumbi - na cidade Goioerê/Pr, o qual figura também como **avalistas/garantidores fiduciantes do bem imóvel** objeto deste edital na forma da lei certifica e faz saber a todos quanto o presente virem ou dela conhecimento tiverem, que promoverá a venda, em leilão público, do bens mediante as seguintes condições: em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, que será realizado no dia **10 de novembro de 2026**, às 11:00 horas e, em **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, será realizado no dia **18 de novembro de 2026**, às 11:00 horas, ambos de forma online: www.jacleiloes.com.br. O lance mínimo em primeiro público leilão, para a venda será nos termos do art. 27, §1º e art. 24, inciso VI da Lei 9.514/97, que corresponde ao montante de **R$ 2.900.000,00.** Para o **segundo público leilão** o valor será de **R$ 3.286.599,82 + custas.**

MATRÍCULA 16.630 DO SERVIÇO REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOIOERE-PR – IMOVEL – LOTE n°01, da Quadra n°07, da Planta Geral do Loteamento **RESIDENCIAL MORUMBI**, nesta cidade de GOIOERE, PR, com área total de **423,02m²,** com os seguintes limites e confrontações: considerando quem da Rua olha o lote: com frente voltada para a Rua E, por uma extensão de 15,36metros; do lado direito, confrontando com o lote n°02, por uma extensão de 28,93metros; do lado esquerdo, confrontando com a Avenida Lazaro Frei, por uma extensão de 26,73 metros; pelos fundos , confrontando com parte do lote n°06, por uma extensão de 15,20metros todos da mesma quadra. Consta na presente matrícula uma construção residencial, em alvenaria, averbada, com área de 250,89m².

Desde já resta notificados do presente leilão **TSALEACH VEICULOS NOVOS E SEMINOVOS LTDA, ANDERSON DONIZETI DOS SANTOS e CLAISE VIEIRA LAURIANO DOS SANTOS,** como **AVALISTAS/ GARANTIDORES - CONTRATO CCB 2024040314.**

Consta na **MATRÍCULA 16.630 DO SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE GOIOERE-PR, ÔNUS - R.14-16.630 -** Protocolo n°194.887 de 16/07/2024 - **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.** Nos termos do art. 26 da Lei n°9.514/97, a propriedade do imóvel objeto desta matrícula fica consolidada em favor da credora fiduciária **UNIPRIME PIONEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, já qualificada nesta matrícula.

Os imóveis acima tiveram sua redação resumida, autorizada pela Lei Federal nº 7433/85 e na forma do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná. As despesas relativas à Comissão de Leiloeiro (5%), Registro, Funrejus, IPTU, ITBI, Condomínio (se for o caso) e demais Impostos e Taxas correrão por conta do arrematante. - Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação.

Cascavel/PR, 09 de outubro 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
JEFFERSON ADRIANO DA COSTA
Data: 13/10/2026 10:55:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JEFFERSON ADRIANO COSTA -MATRÍCULA-20/325L

Cascavel PR – Rua Terezina, 2566 | Tropical | CEP. 85.807-140 | Fone: (45) 3224-1423 / (45) 99914-9050
contato@jacleiloes.com.br | www.jacleiloes.com.br

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
MOREIRA SALES/PR
CNPJ: 28939286/0001-94

Rua Maria Ferreira da Cruz, nº 550 Moreira Sales- Pr - CEP: 87370-000
Fone: (044) 3532-1444 – Fone Fax: (044) 3532-1444
E-mail: acaosocial@yahoo.com.br

RESOLUÇÃO 120/2026

SUMULA – Aprova o preenchimento das seguintes prestações de contas: **Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023**; **Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento Del. 033/2024 e Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024;** todas prestações FINAL – CEDIPI/PR

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – C.M.D.I., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 416/2009, de 14/05/2009, e;

Considerando a deliberação da plenária realizada em treze de Outubro de 2026 (13/10/2026);
Considerando o disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;

RESOLVE:

(Art. 1º) Aprovar o preenchimento das seguintes prestações de contas: **Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023**; **Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento Del. 033/2024 e Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024;** todas prestações FINAL – CEDIPI/PR

(Art. 2º) – Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação;

Sala de reunião do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social em 13 de Outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
DAIANE FRANCO SIENA
Data: 14/10/2026 11:11:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Daiane Franco Siena
Presidente do C.M.D.I. -
Conselho Municipal Dos Direitos do Idoso

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2026

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO PICK-UP CABINE DUPLA E 03 (TRÊS) VEÍCULOS TIPO VAN PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JANIÓPOLIS-PR.

Adjudicando e Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço - (Nova Lei de Licitações), sob nº 041/2026, à(s) empresa(s):

Vencedores/Valor	
Nome	**Valor**
BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA	R$ 1.158.000,00
FAC VEÍCULOS LTDA	R$ 300.960,00

referente aos seguintes itens:

Fornecedor	Item	qtde	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA	2	3	UNIDADE	R$386.000,00	R$1.158.000,00
FAC VEÍCULOS LTDA	1	2	UNIDADE	R$150.480,00	R$300.960,00

Objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 041/2026, visto não haver interesse dos licitantes em apresentar recursos.

Janiópolis/Pr, 16 de outubro de 2026.

EIDES GUEDES
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2026, publicada **no PNCP em 14/10/2026**, processo administrativo nº 115/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **A.M. MENDES- ACESSORIOS- EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 06.009.600/0001-05, com sede na(o) Rua Nhambu, 41, anexo A, centro no Município de Arapongas/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **ADRIANA MICHELE MENDES**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ITENS CORRELATOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, VISANDO À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 039/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	4	UNIDADE	PNEU 205/70 R15 GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	GOLDEN CROWN	R$264,00	R$1.056,00
24	68	UNIDADE	PNEU 215/65 RADIAL 16 - 98 H - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	GOLDEN CROWN	R$303,00	R$20.604,00
32	56	UNIDADE	PNEU RADIAL 175/70 - RADIAL14 88T PARA CARGA- 05 ANOS DE GARANTIA E CERTIFICADO PELO INMETRO.	ROADKING R109	R$200,00	R$11.200,00
37	24	UNIDADE	PNEU RADIAL 215/75 R16 8 LONAS 113R - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	APTANY RL108	R$370,00	R$8.880,00
51	6	UNIDADE	PNEU 225/60 - R18 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ROADIKING ARGOS HT	R$390,00	R$2.340,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 44.080,00 (quarenta e quatro mil e oitenta reais).**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CNPJ da Secretaria, de acordo com a emissão da Nota de Empenho, devendo constar corretamente todos os dados cadastrais correspondentes.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

A.M. MENDES- ACESSORIOS- EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2026, publicada **no PNCP em 14/10/2026**, processo administrativo nº 115/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 36.097.231/0001-02, com sede na(o) Rua Joao Carlos Marinho, 25, Bortolon no Município de Xanxerê/SC, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **EDITE TEREZINHA MORETTO BOMBASSARO**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ITENS CORRELATOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, VISANDO À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 039/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
28	42	UNIDADE	PNEU 275/80 22.5 MISTO BORRACHUDO, PROFUNDIDADE 24.8MM SULCOS- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	R$2.420,00	R$101.640,00
49	32	UNIDADE	PNEU 11.00 - R22 MISTO LISO - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	GOOD YEAR	R$2.381,64	R$76.212,48

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 177.852,48 (cento e setenta e sete mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CNPJ da Secretaria, de acordo com a emissão da Nota de Empenho, devendo constar corretamente todos os dados cadastrais correspondentes.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2026, publicada **no PNCP em 14/10/2026**, processo administrativo nº 115/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** , inscrita no CNPJ sob nº 50.108.526/0001-68, com sede na(o) Rua Pernambuco, 2180, centro no Município de Boa Vista do Buricá/RS, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **BERNARDO ANDRES FLACH**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ITENS CORRELATOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, VISANDO À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 039/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 1100 RADIAL 22	RS V3027	R$110,00	R$440,00
17	60	UNIDADE	PNEU 165/70 R14 - 85T - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ROAD X - RX MOTION	R$310,00	R$18.600,00
43	4	UNIDADE	PROTETOR 1100 RADIAL 22	K RUBBER-CARRETEIRO	R$45,00	R$180,00
46	4	UNIDADE	PROTETOR 275/80 R 22.5	K RUBBER-CARRETEIRO	R$45,00	R$180,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais).**

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CNPJ da Secretaria, de acordo com a emissão da Nota de Empenho, devendo constar corretamente todos os dados cadastrais correspondentes.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2026, publicada **no PNCP em 14/10/2026**, processo administrativo nº 115/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 29.438.648/0001-26, com sede na(o) Rua Jamil Helu 2363, parque industrial II no Município de Umuarama/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **LUIZ CARLOS DA SILVA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ITENS CORRELATOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, VISANDO À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 039/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	12	UNIDADE	PNEU 1000 R20 16 LONAS RADIAL MISTO LISO- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	WEST LAKE	R$1.570,00	R$18.840,00
29	88	UNIDADE	PNEU 275/80 RADIAL 22.5 - MISTO LISO, GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	DURABLE DR877	R$1.210,00	R$106.480,00
40	26	UNIDADE	PNEU RADIAL 295/80 RADIAL 22.5 MISTO BORRACHUDO-GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SUPERCARG O/D353	R$1.350,00	R$35.100,00
41	30	UNIDADE	PNEU RADIAL 295/80 RADIAL 22.5 MISTO LISO - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	DURABLE DR877	R$1.290,00	R$38.700,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 199.120,00 (cento e noventa e nove mil cento e vinte reais).**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CNPJ da Secretaria, de acordo com a emissão da Nota de Empenho, devendo constar corretamente todos os dados cadastrais correspondentes.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2026, publicada **no PNCP em 14/10/2026**, processo administrativo nº 115/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **VICENZO PNEUS E COMMERCE LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 39.859.999/0001-64, com sede na(o) Rua Frederico Jensen, 4396, bairro Itoupavazinha no Município de Blumenau/SC, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **RAFAEL CASCALES DOS SANTOS**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ITENS CORRELATOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, VISANDO À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 039/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	UNIDADE	CAMARA DE AR 12 - 16.5	JABUTI TR15	R$94,05	R$1.128,60
2	16	UNIDADE	CAMARA DE AR - 17.5 - 25 - RADIAL	JABUTI TR220A	R$217,80	R$3.484,80
4	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 12.4/ 24	JABUTI - TR218A	R$138,60	R$554,40
5	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 12.5 - 80X18	JABUTI TR15	R$94,05	R$376,20
6	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 16.9/30	JABUTI - TR218A	R$336,60	R$1.346,40
7	20	UNIDADE	CAMARA DE AR 20	JABUTI TR78A	R$87,12	R$1.742,40
8	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 275/80 R22.5	JABUTI TR78A	R$94,05	R$376,20
9	4	UNIDADE	CAMARA DE AR 295/80 RADIAL 22.5	JABUTI TR78A	R$94,05	R$376,20
10	4	UNIDADE	CAMARA DE AR PNEU 19.5 RADIAL 24	JABUTI TR220A	R$267,30	R$1.069,20
11	28	UNIDADE	PNEU 1000 R20 16 LONAS RADIAL MISTO BORRACHUDO GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	JK JETSTEEL JDC3	R$1.561,23	R$43.714,44
13	4	UNIDADE	PNEU 12.4/ 24 12 LONAS, R 1- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SPEEDROAD - 01351	R$1.144,44	R$4.577,76
14	8	UNIDADE	PNEU 12.5 - 80-18 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO.	SPEEDROAD O4510	R$1.132,56	R$9.060,48
16	8	UNIDADE	PNEU 16.9/30 12 LONAS - R1 GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SPEEDROAD - 01351	R$2.567,66	R$20.541,28
19	14	UNIDADE	PNEU 175/65 R14- 82 T - RADIAL 05 ANOS DE GARANTIA E CERTIFICADO PELO INMETRO.	JK VECTRA	R$198,00	R$2.772,00
21	41	UNIDADE	PNEU 185/65 ARO 15 GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SUNFULL SF 600	R$213,84	R$8.767,44
25	5	UNIDADE	PNEU 225/45 RADIAL 17 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	DOUBLE KING DK798	R$301,95	R$1.509,75
26	36	UNIDADE	PNEU 225/70 RADIAL 16 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	DOUBLE KING DK365	R$425,70	R$15.325,20
31	15	UNIDADE	PNEU RADIAL 165/70 RADIAL 13 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	JK VECTRA	R$183,15	R$2.747,25
33	10	UNIDADE	PNEU RADIAL 175/70/13 82T - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	TORNEL TURBO	R$211,86	R$2.118,60
34	62	UNIDADE	PNEU RADIAL 185/60 - 15 88H- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SUNWIDE RS ZERO	R$207,90	R$12.889,80
35	10	UNIDADE	PNEU RADIAL 195/65 R15 GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SUNFULL SF 600	R$220,77	R$2.207,70
38	84	UNIDADE	PNEU RADIAL 215/75 RADIAL 17.5 MISTO LISO - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	DOUBLESTAR DSR165	R$569,25	R$47.817,00
39	32	UNIDADE	PNEU RADIAL 225/65-RADIAL 16 - 112 - 110 R 8 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ZELDA VANCRUSER	R$377,19	R$12.070,08
42	4	UNIDADE	PROTETOR - 17.5 - 25 - RADIAL	JABUTI	R$118,80	R$475,20
44	24	UNIDADE	PROTETOR 1400X24.	JABUTI	R$57,42	R$1.378,08
45	4	UNIDADE	PROTETOR 20,5 - 25	JABUTI	R$178,20	R$712,80
47	4	UNIDADE	PROTETOR 295/80 RADIAL 22.5	JABUTI	R$59,40	R$237,60
48	20	UNIDADE	PROTETOR RADIAL ARO 20	JABUTI	R$29,70	R$594,00
50	12	UNIDADE	CAMARA DE AR 1400 R24 - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	JABUTI TR220A	R$143,55	R$1.722,60
58	6	UNIDADE	PNEU 12 - 16.5- 12 LONAS, GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SPEEDROAD O5410	R$729,63	R$4.377,78
59	14	UNIDADE	PNEU 19.5 RADIAL 24 R 04 12 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	SPEEDROAD O4510	R$3.853,00	R$53.942,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 260.013,24 (duzentos e sessenta mil treze reais e vinte e quatro centavos).**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CNPJ da Secretaria, de acordo com a emissão da Nota de Empenho, devendo constar corretamente todos os dados cadastrais correspondentes.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá

cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

VICENZO PNEUS E COMMERCE LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Nome: Nome:
RG: RG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 039/2026, publicada **no PNCP em 14/10/2026**, processo administrativo nº 115/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **ZEUS COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 34.840.358/0001-44, com sede na(o) Rua Vereador Jacob Selbach, 38, bairro Nazaré no Município de Concórdia/SC, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **GUSTAVO RENI VENDRUSCOLO**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ITENS CORRELATOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM, VISANDO À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 039/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	22	UNIDADE	PNEU 1400 RADIAL 24 16 LONAS - GL2.2 - PARA USO SEM CAMARA- GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	TENX G2/L2	R$2.086,00	R$45.892,00
20	24	UNIDADE	PNEU 185/65 ARO 14 GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ALFAMOTORS DK569	R$216,00	R$5.184,00
27	36	UNIDADE	PNEU 225/75 RADIAL 16 - 10 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ROADWING RW-05	R$388,00	R$13.968,00
30	8	UNIDADE	PNEU 7.50 - 16 - 08 LONAS - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	TENX F2	R$436,00	R$3.488,00
36	36	UNIDADE	PNEU RADIAL 195/75/R16 107/105R - GARANTIA DE 05 ANOS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICADO PELO INMETRO	ROADWING RW-05	R$299,00	R$10.764,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 79.296,00 (setenta e nove mil duzentos e noventa e seis reais).**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CNPJ da Secretaria, de acordo com a emissão da Nota de Empenho, devendo constar corretamente todos os dados cadastrais correspondentes.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

ZEUS COMERCIAL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 043/2026 publicada **no PNCP em 15/10/2026**, processo administrativo nº 128/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **BUFFET D'ANGELO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.015.939/0001-31, com sede na(o) BR 272, zona rural no Município de Goioerê/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **ELAINE MARY WOICIKOSKI**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **LOCAÇÃO DE TAMPÕES, TOALHAS, MESAS E CADEIRAS DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 1: LOCAÇAO DE TAMPÕES E TOALHAS						
ITEM	CÓDIGO CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO/ DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20460	**Locação de tampão** em MDF, de no mínimo 1,10 de diâmetro.	UND	1.200	R$11,65	R$13.980,00
2	20460	**Locação de toalhas para decoração de mesas** redondas de no mínimo 2,80 de diâmetro, formato redondo, sendo no tecido Oxford em cores a ser definida pela secretaria.	UND	1.200	R$16,20	R$19.440,00
LOTE 2: LOCAÇAO DE MESA E CADEIRAS						
3	20460	**Locação de mesa plástica empilhável** quadrada para 4 (quatro) lugares, resistente, dimensões mínimas: 0,70 cm x 0,70 cm, de acordo com as nomas da ABNT e INMETRO; proteção contra os raios UV.	UND	1.200	R$6,33	R$7.596,00
4	20460	**Locação de cadeira plástica** empilhável sem braço, de acordo com as normas ABNT e INMETRO; proteção contra raios UV; peso mínimo suportado 110kg; dimensões mínimas: largura do assento 34cm, altura do assento 38cm.	UND	9.600	R$5,61	R$53.856,00
TOTAL:						**R$94.872,00**

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços R$ 94.872,00 (Noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais).

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 16 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

BUFFET D'ANGELO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 041/2026, publicada **no PNCP em 19/10/2026**, processo administrativo n.º 123/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 49.422.071/0002-52, com sede na(o) Rod. Governador Mario Covas, KM 279, sala 126, Jacuhy no Município de Serra/ES, neste ato representada pelo(a) senhor(a) MARCELO FERNANDES ARAUJO de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no *edital de licitação* sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO PICK-UP CABINE DUPLA E 03 (TRÊS) VEÍCULOS TIPO VAN PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JANIÓPOLIS-PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 041/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (SE FOR O CASO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	3	UNIDADE	473733 VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, TIPO VAN PARA TRANSPORTE ESCOLAR, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 (VINTE) PASSAGEIROS + 01 (UM) MOTORISTA, TOTALIZANDO 21 (VINTE E UM) LUGARES; ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2026 OU SUPERIOR; COR ORIGINAL DE FÁBRICA BRANCA; MOTORIZAÇÃO A DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV; COMBUSTÍVEL DIESEL S10; CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, COM NO MÍNIMO 6 (SEIS) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; TRAÇÃO 4X2 OU SUPERIOR; DIREÇÃO HIDRÁULICA E/OU ELÉTRICA; FREIOS A DISCO COM SISTEMA ABS; CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE E DEMAIS SISTEMAS DE SEGURANÇA COMPATÍVEIS COM A CATEGORIA; RODAS COM ARO MÍNIMO R16; PNEUS NOVOS E ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO EM VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS; SENSOR DE RÉ E/OU CÂMERA DE RÉ; TACÓGRAFO DIGITAL; RETROVISOR INTERNO PANORÂMICO OU SISTEMA EQUIVALENTE, QUE PERMITA AO MOTORISTA VISUALIZAR ADEQUADAMENTE O COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS; AR-CONDICIONADO NA CABINE DO MOTORISTA E NO COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS, COM CAPACIDADE ADEQUADA AO TAMANHO DO VEÍCULO; TRAVAS ELÉTRICAS; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA E/OU PROFUNDIDADE; ILUMINAÇÃO INTERNA NO COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS; VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS; JANELAS LATERAIS E TRASEIRAS ENVIDRAÇADAS, COM PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR (INSULFILM) INSTALADA, DESTINADA À REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR E DO CALOR NO COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; FARÓIS DE NEBLINA OU SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EQUIVALENTE; SISTEMA DE SOM COM RÁDIO, ENTRADA USB E/OU BLUETOOTH; CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS PARA TODOS OS OCUPANTES, CONFORME AS NORMAS APLICÁVEIS; AIRBAGS FRONTAIS; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA OU SISTEMA EQUIVALENTE; BANCOS INDIVIDUAIS, CONFORTÁVEIS E RECLINÁVEIS OU EQUIVALENTES, COM REVESTIMENTO RESISTENTE, DE FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, ADEQUADOS AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS; CORREDOR INTERNO PARA FACILITAR A CIRCULAÇÃO DOS PASSAGEIROS; TETO ALTO; ESPAÇO PARA BAGAGEM COMPATÍVEL COM A CATEGORIA DO VEÍCULO; PORTA LATERAL CORREDIÇA PARA ACESSO DOS PASSAGEIROS E PORTAS TRASEIRAS; EXTINTOR DE INCÊNDIO COM SUPORTE; E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA E ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR SUSPENSÃO, ALTURA LIVRE DO SOLO, SISTEMA DE TRAÇÃO, RODAS E PNEUS ADEQUADOS À UTILIZAÇÃO EM VIAS URBANAS, RODOVIÁRIAS E RURAIS, INCLUSIVE EM ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS, ESTRADAS DE CHÃO E CASCALHO, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA, ESTABILIDADE, SEGURANÇA E CONFORTO AOS PASSAGEIROS DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. ADESIVAÇÃO EXTERNA: O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE ADESIVADO PARA USO EM TRANSPORTE ESCOLAR, OBEDECENDO ÀS NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN E AO PADRÃO VISUAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR, CONTEMPLANDO FAIXA HORIZONTAL AMARELA REFLETIVA APLICADA NAS LATERAIS E NA PARTE TRASEIRA DO VEÍCULO, CONTENDO A INSCRIÇÃO "ESCOLAR" EM LETRAS MAIÚSCULAS NA COR PRETA, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; E IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL COM APLICAÇÃO DO BRASÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR, EM AMBAS AS LATERAIS, CONFORME LAYOUT DEFINIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GARANTIA DE FÁBRICA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM. DEVERÁ POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA LOCALIZADA EM UM RAIO MÁXIMO DE 250 KM DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO.	IVECO	DAILY 50-180	R$386.000,00	R$1.158.000,00

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o índice INPC acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 19 de outubro de 2026.

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor EIDES GUEDES, inscrito no CPF sob. nº 413.665.069-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 041/2026, publicada **no PNCP em 19/10/2026**, processo administrativo n.º 123/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa **FAC VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.128.031/0001-59, com sede na(o) Rua Jaime Pinto Rosas, 315, Jardim Carvalho no Município de Ponta Grossa/PR, neste ato representada pelo(a) senhor(a) HELEN CRISTINA TRENTIN de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no *edital de licitação* sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO PICK-UP CABINE DUPLA E 03 (TRÊS) VEÍCULOS TIPO VAN PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JANIÓPOLIS-PR**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 041/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (SE FOR O CASO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	UND	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO PICK-UP CABINE DUPLA, ANO/MODELO 2026, ZERO QUILÔMETRO. VEÍCULO TIPO PICK-UP, ZERO QUILÔMETRO, UTILITÁRIO, CABINE DUPLA, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES E 04 (QUATRO) PORTAS. CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA DE 680 (SEISCENTOS E OITENTA) LITROS, COM CAPOTA MARÍTIMA. CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 (QUARENTA E CINCO) LITROS E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 650 KG. SUSPENSÃO DIANTEIRA INDEPENDENTE E SUSPENSÃO TRASEIRA INDEPENDENTE, MULTILINK, EIXO RÍGIDO OU SISTEMA EQUIVALENTE, ADEQUADO À CATEGORIA DO VEÍCULO, PROPORCIONANDO ESTABILIDADE, SEGURANÇA E CONFORTO. DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA DE 1.790 MM, COMPRIMENTO DE 4.700 MM E ALTURA DE 1.650 MM, COM DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 2.800 MM. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3 TURBO, BICOMBUSTÍVEL (FLEX - GASOLINA/ETANOL), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV E TORQUE MÍNIMO DE 25 KGFM, SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA E TRAÇÃO 4X2 OU SUPERIOR. CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, NÃO AUTOMATIZADO, COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU ELETRO-HIDRÁULICA. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE FREIOS ABS COM EBD, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE, CONTROLE DE TRAÇÃO, MÍNIMO DE 02 (DOIS) AIRBAGS DIANTEIROS, ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA (HILL HOLDER) OU SISTEMA EQUIVALENTE, SISTEMA DE MONITORAMENTO OU ALERTA DE PRESSÃO DOS PNEUS (TPMS), CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS RETRÁTEIS DE 03 (TRÊS) PONTOS E SISTEMA DE TRAVAMENTO AUTOMÁTICO DAS PORTAS POR VELOCIDADE. DEVERÁ SER EQUIPADO COM COMPUTADOR DE BORDO, VOLANTE MULTIFUNCIONAL, CENTRAL MULTIMÍDIA ORIGINAL DE FÁBRICA OU INTEGRADA AO PAINEL, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE, RÁDIO AM/FM, CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADAS USB, CÂMERA DE RÉ INTEGRADA À CENTRAL MULTIMÍDIA OU COM VISUALIZAÇÃO NO PAINEL, PORTAS USB PARA CARREGAMENTO DE DISPOSITIVOS E LIMITADOR ELETRÔNICO DE VELOCIDADE. DEVERÁ POSSUIR VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO ELÉTRICO, AR-CONDICIONADO COM FILTRO DE POEIRA E PÓLEN OU EQUIVALENTE, DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, ALERTA DE MANUTENÇÃO PROGRAMADA, CHAVE COM COMANDO PARA ABERTURA E FECHAMENTO DAS PORTAS, SISTEMA DE ALARME COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA E SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO. LUZES DIURNAS (DRL) OU SISTEMA DE ACIONAMENTO AUTOMÁTICO DOS FARÓIS. PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR FUMÊ, DE PRIMEIRA LINHA, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE, E JOGO DE TAPETES EM BORRACHA OU CARPETE. RODAS DE LIGA LEVE OU AÇO COM ARO MÍNIMO DE 16 (DEZESSEIS) POLEGADAS. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM APLICAÇÃO DO BRASÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR, ADESIVADO NAS PORTAS DIANTEIRAS, CONFORME LAYOUT DEFINIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM APLICAÇÃO REALIZADA ANTES DA ENTREGA DO VEÍCULO, SEM CUSTO ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, OU GARANTIA SUPERIOR OFERECIDA PELO FABRICANTE. DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA PELO FABRICANTE, LOCALIZADA EM RAIO MÁXIMO DE 250 KM DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO.	FIAT	TORO ENDURANCE	R$150.480,00	R$300.960,00

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços **R$ 300.960,00 (trezentos mil novecentos e sessenta reais).**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.74.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o índice INPC acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1. Por razão de interesse público;
7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, 19 de outubro de 2026.

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

FAC VEICULOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

Pelo presente, homologo, para que surta os efeitos legais, o processo de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo discriminado:

OBJETO: **AQUISIÇÃO BANCADAS DE GRANITO COM CUBAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR.**

EMPRESA VENCEDORA: **E.C.DOS SANTOS - MARMORARIA**

CNPJ Nº **18.715.674/0001-38**

Valor total: **R$ 7.706,25 (sete mil setecentos e seis reais e vinte e cinco centavos).**

5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
1	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
344905251	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS
0000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
83	DOTAÇÃO
VALOR	R$ 7.706,25

Janiópolis/Pr, 28 de setembro de 2026.

EIDES GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026 – UASG 987637

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2026

A Prefeitura Municipal de Janiópolis/Pr, avisa aos interessados que fará realizar no dia 09 de novembro de 2026, às 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço POR ITEM (UNITÁRIO), que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA AGENTE DE INTEGRAÇÃO, PARA ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES EM EXERCÍCIO DE ATIVIDADES NAS DIVERSAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 09 de novembro de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitação, na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, no Portal da Transparência do Município, aba suprimentos/licitações e no site www.gov.br/compras. Valor máximo da licitação: **R$ 1.414.336,17 (Um milhão, quatrocentos e quatorze mil, trezentos e trinta e seis reais e dezessete centavos)**. Informações complementares através do e-mail: licitajaniopolis@gmail.com ou telefone (44) 92004-2866.

Janiópolis/Pr, 19 de outubro de 2026

EIDES GUEDES
PREFEITO

D E C R E T O nº 3241/2026

Regulamenta o artigo 95, § 2º da Lei 14.133/2021, compras pronto pagamento.

O **Município de Janiópolis**, através de seu Prefeito Municipal, Senhor Eides Guedes, considerando a previsão no artigo 95; § 2º da Lei 14.133/2021; considerando a necessidade de regulamentar o procedimento no âmbito municipal dispondo sobre o fluxo de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento por execução direta.;

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o procedimento para a realização de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, por meio de contrato verbal, cujo valor não seja superior ao valor previsto no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:
I - Pronto pagamento: a obrigação adimplida pela Administração mediante execução imediata do objeto, com quitação de forma direta pela contabilidade através dos atos normais de empenho, liquidação e pagamento;
II - Pequenas compras ou serviços: demandas eventuais e imprevisíveis que exijam pronta resposta do Município, desde que o objeto possua entrega imediata e integral, e não resulte em obrigações futuras ou assistência técnica permanente.

Art. 3º. O procedimento de que trata este Decreto observará o fluxo ordinário da despesa pública, sendo vedada a realização de contratação verbal sem a prévia autorização do prefeito municipal.

Art. 4º. A contratação verbal por este expediente reveste-se de caráter excepcional e dependerá, obrigatoriamente, de autorização expressa e antecipada do Prefeito Municipal, devendo o Secretário ou Diretor apresentar memorial justificando o motivo pelo qual necessita efetuar a compra.

Art. 5º. O processo de contratação deverá ser iniciado pelo Secretário Municipal ou Diretor da pasta demandante, mediante o envio de Memorial Justificativo endereçado ao Prefeito Municipal, contendo formalmente:
I - A descrição clara e sucinta do objeto a ser adquirido ou do serviço a ser prestado;
II - A explanação da urgência ou necessidade imediata do ato;
III - A declaração expressa de que inexiste ata de registro de preços, contrato ou licitação vigente aplicável ao objeto;
IV - A estimativa do valor da despesa, demonstrando a compatibilidade com o limite previsto no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
V - A indicação da dotação orçamentária que suportará o gasto.

Art. 6º. Recebido o Memorial Justificativo e exarada a autorização expressa do Prefeito Municipal, os autos serão encaminhados ao Setor de Contabilidade para:
I – Realização dos procedimentos necessários para fazer o empenho;

Art. 7º. Concluída a entrega imediata e integral do bem ou a execução do serviço, o órgão demandante atestará a Nota Fiscal ou documento equivalente previsto na Lei 14.133/2021, encaminhando o processo para a devida liquidação e pagamento direto pela tesouraria.
Parágrafo Único. Após a regular liquidação da despesa pela contabilidade, o Setor de Tesouraria efetuará o efetivo pagamento direto ao fornecedor no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, observada a ordem cronológica de exigibilidade.

Art. 8º. É expressamente vedado o fracionamento de despesas com o intuito de burlar o limite estabelecido no art. 1º deste Decreto ou para afastar a necessidade de procedimento licitatório regular ou de dispensa de licitação por valor.
I – É de responsabilidade do Secretário ou Diretor que solicitar a compra/serviço com fundamento neste decreto verificar o cumprimento deste artigo.

Art. 9º. Fica vedada a utilização deste expediente para contratação de serviços contínuos, locações, obras ou compras que gerem parcelamento de pagamento ou obrigações futuras de manutenção.]

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Janiópolis, 19 de outubro de 2026.

EIDES GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo Único
Modelo de Memorial Justificativo para utilização do procedimento previsto no Art. 95, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Eu, na qualidade de ( ) Secretário Municipal ou ( ) Diretor, da Secretaria Municipal de _____, venho solicitar autorização para aquisição do bem/serviço indicado abaixo:

OBJETO DA CONTRATAÇÃO - Descrever detalhadamente o bem a ser adquirido ou o serviço de pronto pagamento a ser realizado:
_____
_____
_____
_____
_____
_____

JUSTIFICATIVA DA URGÊNCIA OU NECESSIDADE IMEDIATA - Explicar o motivo pelo qual o ato não pode aguardar um processo de contratação regular:
_____
_____
_____
_____
_____
_____

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE REGISTRO / LICITAÇÃO - Declaro, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que o objeto acima descrito NÃO se encontra amparado por Ata de Registro de Preços vigente, Contrato Administrativo ativo ou procedimento licitatório em andamento que possa suprir esta demanda em tempo hábil.

ESTIMATIVA DE CUSTO E COMPATIBILIDADE DE MERCADO - Valor Estimado da Contratação: R$ _____ declaro ao ilustre prefeito que este valor está dentro do limite máximo previsto no artigo 95; § 2º da Lei 14.133/2021. Declaro também ao prefeito que fui o responsável por verificar através de pesquisa simplificada de preço que o objeto/serviço está dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, estando o valor ora indicado dentro do preço praticado pelo mercado, não existindo superfaturamento.

Fornecedor
_____,
documento nº _____.

INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Dotação Orçamentária/Elemento de Despesa: _____
_____
_____

Assinatura do Secretário Municipal / Diretor

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL
AUTORIZO a contratação verbal de pronto pagamento, por restar comprovada a urgência, o preenchimento dos requisitos regulamentares e a inexistência de licitação vigente para o objeto. Encaminhe-se à Contabilidade para prévio empenho.

_____
Assinatura do prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
Av. Mário Marangoni, nº 862 – Moreira Sales, Pr. – CEP – 87370-000
CNPJ Nº 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 532.1398
E-mail: camarams@gmail.com.br

ANEXO II (Resolução 001/2008 e alterações)

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Proponente: EWERTON BATISTA ADÃO

Cargo	Departamento
VEREADOR	CAMARA MUNICIPAL

Localidade	Saída	Retorno
CURITIBA	19/10/2026	21/10/2026

Quantidade de Diária:	Categoria (*)	Valor:
-2-	"I"	757,63
-1-	"R"	378,81
TOTAL	-	1.894,07

Deslocamento: VEÍCULO TIGGO 8 PRO 1.6

Justificativa: Audiência: ALEP, SANEPAR, SECRETARIA DO TURISMO e SEIL.

Data: 16/10/2026 Assinatura:

Deferimento do Presidente da Mesa: DEFERIDO 19/10/2026

ANEXO – III (Resolução 001/2008)

TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: Nº 086/2026

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 2 (duas) diárias categoria: "I" e 1 (uma) diária na categoria "R" nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008 e alterações, e da solicitação do interessado, ao

Servidor(a)

Vereador(a): EWERTON BATISTA ADÃO

Destino:	Km:	Valor R$:
CURITIBA	550	1.894,07

Período: 19 a 21 de outubro de 2026

Finalidade: Audiência: ALEP, SANEPAR, SECRETARIA DO TURISMO e SEIL.

Dotação Orçamentária: 01.01 – 010310001.2.001-339014
Data da liberação: ___/____/____
Empenho nº_____de ___/___/___
DATA: 19/10/2026
Presidente

Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Declaro ter recebido o valor constante deste TERMO, em ___/___/____.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
Av. Mário Marangoni, nº 862 – Moreira Sales, Pr. – CEP – 87370-000
CNPJ Nº 00.100.861/0001-85 - Fone/Fax: (44) 532.1398
E-mail: camarams@gmail.com.br

ANEXO II (Resolução 001/2008 e alterações)

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Proponente: ROBERTO CARLOS PAULIQUE

Cargo	Departamento
VEREADOR	CAMARA MUNICIPAL

Localidade	Saída	Retorno
CURITIBA	19/10/2026	21/10/2026

Quantidade de Diária:	Categoria (*)	Valor:
-2-	"I"	757,63
-1-	"R"	378,81
TOTAL	-	1.894,07

Deslocamento: VEÍCULO TIGGO 8 PRO 1.6

Justificativa: Audiência: ALEP, SANEPAR, SECRETARIA DO TURISMO e SEIL.

Data: 16/10/2026 Assinatura:

Deferimento do Presidente da Mesa: DEFERIDO 19/10/2026

(*) "I" – Diária integral – "R" – Diária reduzida (50%) – "F"- Diária Fracionada 1/4

ANEXO – III (Resolução 001/2008)

TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS: Nº 087/2026

Por este Termo, fica autorizada a concessão de 2 (duas) diárias categoria: "I" e 1 (uma) diária na categoria "R" nos termos do Anexo II, da Resolução nº 001/2008 e alterações, e da solicitação do interessado, ao

Servidor(a)

Vereador(a): ROBERTO CARLOS PAULIQUE

Destino:	Km:	Valor R$:
CURITIBA	550	1.894,07

Período: 19 a 21 de outubro de 2026

Finalidade: Audiência: ALEP, SANEPAR, SECRETARIA DO TURISMO e SEIL.

Dotação Orçamentária: 01.01 – 010310001.2.001-339014
Data da liberação: ___/____/____
Empenho nº_____de ___/___/___
DATA: 19/10/2026
Presidente

Assinatura do Servidor(a) ou Vereador(a): Declaro ter recebido o valor constante deste TERMO, em ___/___/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES, SALGADOS, BOLOS, FRIOS, ASSADOS, LATICÍNIOS E SEMELHANTES), PARA EVENTOS, REUNIÕES E OFICINAS OFERECIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FORNECIMENTO DE COFFE BREAK, EM ATENDIMENTO A TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES/PR.
CONTRATANTE: Município de Moreira Sales, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede na Rua Otto Macedo, 629, inscrita no CNPJ sob nº 76.217.025/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Luiz Antônio Volpato, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 396.753.439-15 e RG nº 3.015.134-8.
Contrato nº 78/2026
Contratado: 64.480.149 BIANCA ROCHA GARCIA.
CNPJ: 64.480.149/0001-06.
Valor: R$ 113.028,10 (cento e treze mil e vinte e oito reais e dez centavos).
Vigência: 12 (doze) meses contados da data da assinatura.
Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.
Foro: Comarca de Goioerê – PR.

Redução do IPVA e boom dos elétricos: Paraná se aproxima da marca de 9,5 milhões de veículos ativos

O painel estatístico do Detran-PR informa que o Paraná está próximo de bater a marca de 9,5 milhões de veículos ativos, aumento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento está ligado ao boom de emplacamentos com a redução do IPVA para alíquota de 1,9%, em vigor há um ano, a busca por veículos elétricos e aumento no número de carros e motos sendo usados para trabalho, como os aplicativos de entrega e transporte.

De acordo com os dados de setembro de 2026, o Paraná tem 9.459.926 veículos, um recorde histórico. São 1.136.556 veículos com até dois anos de uso, o que mostra o impacto das compras recentes no Paraná. A maior parcela ainda é a de veículos entre 11 e 15 anos (1.816.242).

Essa quantidade está dividida em 5.111.705 automóveis, 1.564.685 motocicletas, 849.449 caminhonetes, 396.054 motonetas, 394.305 camionetas, 311.072 caminhões, 209.666 reboques, 184.357 semireboques, 161.362 utilitários, 130.874 caminhões-tratores. 46.081 ônibus, 27.985 micro-ônibus, 15.680 ciclomotores, entre outros. São 8,7 milhões de carros particulares e 587 mil usados para locação.



O aumento da frota é de 6,2% em relação ao mesmo período do ano passado. A alíquota do IPVA no Paraná caiu para 1,9% há um ano e o número de carros e motos sendo usados para trabalho, como os aplicativos de entrega e transporte também subiu.

De acordo com o painel, em setembro do ano passado a frota total era de 8.905.479 veículos. Os principais avanços em termos absolutos foram justamente nas motocicletas, de cerca de 12% (de 1.385.895 para 1.564.685), e nos automóveis, de 4% (de 4.911.109 para os atuais 5.111.705). Em relação a setembro de 2024, o número de motocicletas aumentou 24% no Paraná (de 1.257.731 para 1.564.685).

Outro destaque é o aumento de compra de veículos elétricos, que praticamente dobrou no intervalo de apenas um ano. Em setembro de 2025, eram 12.536 veículos movidos a gasolina/elétrico e 11.694 totalmente elétricos na frota total do Paraná. Em setembro de 2026, eram 24.631 com gasolina/elétrico (aumento de 96%) e 22.703 elétricos (salto de 94%).

Um levantamento recente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) também aponta que o Paraná é o 4º estado com maior número de carros desse modelo vendidos em 2026, atrás apenas de São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais.

E, por fim, de acordo com o último relatório de trabalho digital da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, mais de 200 mil pessoas trabalhavam em 2024 com aplicativos de transporte de pessoas, de entrega de comida e produtos e de prestação de serviços gerais ou profissionais no Sul do Brasil, chegando a 1,4% do total de trabalhadores da região. Em todo o Brasil 1,7 milhão de pessoas trabalhavam por meio de plataformas digitais, o equivalente a 1,9% da população ocupada no setor privado.

"O Paraná vive um bom momento econômico e o resultado aparece na venda de veículos. A redução do IPVA teve um papel preponderante nisso. Tivemos aumento de 47% nos emplacamentos no primeiro ano de vigência da lei. Além disso, o movimento pelos carros elétricos é uma realidade perceptível. Para o Detran-PR, esse aumento da responsabilidade está amparado em crescimento de investimentos para ajudar municípios com sinalização e fiscalização, garantindo segurança para todos", afirma Viviane da Paz, diretora-presidente da autarquia.

Ela lembra que uma das medidas é o programa Integra Trânsito Paraná. O objetivo é ampliar o atendimento aos municípios para gestão e fiscalização, além da integração de dados para facilitar diagnósticos de investimentos e ações educativas. Ele viabiliza a integração das cidades paranaenses ao Sistema Nacional de Trânsito, ampliando o acesso das prefeituras às informações estratégicas e dados estatísticos para a implantação de ações de educação, engenharia, fiscalização e segurança viária.

"Os veículos têm sido uma ferramenta de trabalho importante para os cidadãos paranaenses e o Estado têm contribuído para melhorar a rotina de autônomos e milhares de famílias que precisam de carros, motos, vans ou outros meios de transporte para o dia a dia", complementa Jean Puchetti, diretor de Operações do Detran-PR.

ALTA DE EMPLACAMENTOS DE CARROS E MOTOS - A redução de 45% na alíquota do IPVA anunciada pelo governador Ratinho Junior fez um ano em setembro. Nesse período houve o crescimento de 47% em emplacamentos (novos e vindos de outros estados) em comparação com os 12 meses anteriores da lei.

Em 2024, a média de emplacamentos era de 26.896 unidades por mês. Ao final de 2025, média mensal passou para 36.129. O destaque foi justamente para os meses pós-anúncio da medida, com 46.365 novos registros em outubro e 66.677 em novembro. E 2026 já supera todos os registros. Até agosto deste ano, a média mensal era de 45.146.

Desde 2025, motos de até 170 cilindradas são isentas do pagamento do tributo. Segundo o Detran-PR, houve crescimento de 91% no número total de motocicletas desse tipo emplacadas no Paraná entre janeiro e agosto de 2024 (173.954), antes da mudança, e janeiro e agosto de 2026 (332.545).

PAINEL ESTATÍSTICO - O Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR) tem uma página chamada Estatísticas de Trânsito em seu site oficial, na qual é possível ter acesso a dados detalhados sobre habilitação, veículos, infrações e sinistros de trânsito no Paraná. Ela contribui para o trabalho de gestores públicos, pesquisadores, estudantes, imprensa e conhecimento da população em geral.

Os dados podem ser filtrados por município, data, características de condutores, entre outros. Cada categoria de dados oferece gráficos detalhados e resumos numéricos – alguns gráficos permitem alternar entre uma visão básica e combinada, possibilitando comparar diferentes conjuntos de dados. Também é possível interagir diretamente com os gráficos para aplicar filtros ou exibir os dados em forma de tabela.

MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 011/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO QUE ENTRE SI REALIZAM O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS E **GOMES E GODINHO LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS**, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 286, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EIDES GUEDES, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e **GOMES E GODINHO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.553.767/0001-97, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO(A), resolvem de comum acordo, rescindir o contrato nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido o Contrato n° 011/2026 existente entre as partes, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA
A rescisão aqui realizada é amigável, com fundamento no art. 14, IV, c/c art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA
A presente rescisão não importará na aplicação da sanção a nenhuma das partes.

CLÁUSULA QUARTA
Para as questões decorrentes deste termo de rescisão, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Mourão-PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim por estarem de acordo, assinam o presente termo em duas vias de igual teor, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Janiópolis, 19 de outubro de 2026

EIDES GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL

GOMES E GODINHO LTDA

Testemunhas:

_____ _____

RESCISÃO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 140/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2026

TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI REALIZAM O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS E **GOMES E GODINHO LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS**, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 286, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EIDES GUEDES, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e **GOMES E GODINHO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.553.767/0001-97, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO(A), resolvem de comum acordo, rescindir o contrato nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindida a Ata de Registro de Preços n° 140/2026 existente entre as partes, a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA
A rescisão aqui realizada é amigável, com fundamento no art. 14, IV, c/c art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA
A presente rescisão não importará na aplicação da sanção a nenhuma das partes.

CLÁUSULA QUARTA
Para as questões decorrentes deste termo de rescisão, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Mourão-PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim por estarem de acordo, assinam o presente termo em duas vias de igual teor, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Janiópolis, 19 de outubro de 2026

EIDES GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL

GOMES E GODINHO LTDA

Testemunhas:

_____ _____

CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.640.223/0001-20
Rua: Geralda Moreira, 300 – Cx. Postal – 25 – Centro - fone: (44) 3110 2246 CEP: 87380-000
https://camarajaniopolis.atende.net/ E-mail: camarajaniopolis@gmail.com

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

Processo de Dispensa Presencial, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo discriminado:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO E TRANSMISSÃO AO VIVO VIA INTERNET DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEMAIS EVENTOS DE INTERESSE SOCIAL REALIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS INCLUSIVE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO NECESSÁRIO NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

CONTRATADA: WANDERSON DA SILVA MARTINS

CNPJ Nº 59.389.021/0001-93
Valor Total: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

01	CAMARA MUNICIPAL
001	PODER LEGISLATIVO
2001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO
33903959	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO
0001	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) DESCENRALIZADOS
DOTAÇÃO	7

Janiópolis, 19 de outubro de 2026.

Pedro Floriano dos Santos
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Eletrônica n° 12/2026
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção de 15 (quinze) unidades habitacionais unifamiliares em alvenaria, tipologia FAD 47 — Casa Fácil (47,33 m² cada, totalizando 709,95 m²), no Município de Moreira Sales/PR.
Regime de Execução: Empreitada por preço Global.
Valor Total: R$ 2.159.246,70 (dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta centavos).
NOVA DATA ABERTURA: 11 de novembro de 2026, as 09h30min.
Informações Complementares e Aquisição de Edital pelo Fone: 44 3532 8119 – licitacao3@moreirasales.pr.gov.br.
Luiz Antônio Volpato – Prefeito Municipal.